

Promotor que “denunciaria Lula” é alvo de representação no CNMP

O promotor do Ministério Público de São Paulo Cássio Conserino, que afirmou em entrevista à revista *Veja* que denunciaria o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua mulher, Marisa Letícia, é alvo de uma representação no Conselho Nacional do Ministério Público. O documento foi protocolado pelo deputado Paulo Teixeira (PT-SP) nesta terça-feira (16/2).

Na entrevista à revista, o promotor afirmou que denunciaria o ex-presidente e sua mulher por lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio, apontando reportagens segundo as quais o casal seria dono de um triplex no Guarujá. No entanto, Conserino ignora que a defesa de Lula afirma que o triplex nunca foi do casal e que não foi concluído nenhum processo sobre a questão.

Reprodução



Conserino agiu com o objetivo de obter promoção pessoal, diz representação.
Reprodução

Na representação, Paulo Teixeira diz que as atitudes do promotor buscam promover sua imagem e que Conserino “solapou a atribuição de 120 Promotores de Justiça que atuam nas Promotorias Criminais da Capital”.

“O promotor de Justiça Cassio Roberto Conserino agiu com o claro objetivo de obter promoção pessoal, bem como agiu em frontal violação às regras de determinação de atribuição para a distribuição de feitos criminais. Houve, ainda, indevida antecipação de juízo de valor, tudo a comprometer a dignidade do Ministério Público”, diz Paulo Teixeira.

O deputado também chega a citar que houve uma troca de favores entre o promotor e a revista *Veja*, que publicou a entrevista. “O Reclamado teve por objetivo, nitidamente, agradar os donos e responsáveis da revista, em troca de um espaço de promoção pessoal que lhe foi efetivamente concedido.”

Para embasar sua representação, Paulo Teixeira cita voto do conselheiro do CNMP Jarbas Soares Júnior, que condenou prática similar de outro promotor. Em seu voto, Jarbas Júnior classifica que antecipar juízo de valor à imprensa revela “uma espécie de amadorismo”.



“Essa espetacularização das ações dos membros do Ministério Público depõe contra a instituição como um todo, lamentavelmente, e causa desprestígio social e intelectual ao Ministério Público”, afirmou o conselheiro em outro julgamento sobre tema similar.

Clique [aqui](#) para ler a representação.

Date Created

16/02/2016